



You are free: to copy, distribute and transmit the work; to adapt the work.
You must attribute the work in the manner specified by the author or licensor

MUSEU DE ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA: PATRIMÔNIO PRESERVADO

Priscila Maria Corrêa¹; Andréa Cristina Trierweiler²; Andreas Dittmar Weise³
Antonio Cezar Bornia⁴

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de implantação de um Museu no Projeto de Arqueologia Subaquática, afim de se tornar um canal de comunicação eficaz para a divulgação das ações do Projeto incrementando o turismo cultural na comunidade da Praia dos Ingleses e consequentemente na cidade de Florianópolis. O estudo foi desenvolvido a partir da análise do referencial teórico baseado em conceitos de arqueologia subaquática, patrimônio cultural, museus e turismo. Por se tratar de um estudo de caso, analisou-se um equipamento cultural de sucesso: o museu Casa do Homem do Mar em Bombinhas, que serviu como excelente referência para que seja viável a criação do museu em parceria com um empreendimento já consolidado, que possa dar o suporte para todos os requisitos impostos pelos órgãos responsáveis, como: a manutenção e segurança do acervo, o suporte relacionado a questões de administração: recepção dos visitantes, inclusive com o serviço de guias – material explicativo para divulgação do museu.

Palavra-chave: Museu; Projeto de Arqueologia Subaquática; Comunicação.

MUSEUM OF UNDERWATER ARCHAEOLOGY: HERITAGE PRESERVED

ABSTRACT

This paper presents a proposal of deploying a museum in Underwater Archaeology Project in order to become an effective communication channel for the dissemination of Project actions increasing cultural tourism in the beach community of British and consequently in Florianopolis. The study was developed from the analysis of the theoretical concepts based on underwater archeology, cultural heritage, museums and tourism. Because it is a case study, it was analyzed a device cultural success: the Museum of Man Sea House in Florianopolis, who served as excellent reference for it is feasible to create the museum in partnership with a business already consolidated, which can provide support for all requirements imposed by the responsible agencies, such as the maintenance and security of the acquis, the support related to issues of administration reception of visitors, including the guide service - explanatory material for disclosure of the museum.

Keyword: Museum; Underwater Archaeology Project; Communication.

¹ Faculdades Integradas ASSESC

² Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Caixa Postal 476, Trindade, Florianópolis -SC, CEP: 88040-900, e-mail: andratri@gmail.com

³ Professor Doutor no Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria

⁴ Professor Doutor no Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO

Em 1989 um pesquisador localizou objetos de cerâmica semi-enterrados no leito marinho na Praia Bela (denominação fictícia), em município localizado na região sul do Brasil. Mais tarde, surgiram indícios que apontavam para a existência de naufrágio no local de uma embarcação precedente da Europa (CBA, 2009). Dois anos depois, esse pesquisador e mais dois outros, iniciaram estudos com a finalidade de realizar a exploração deste sítio arqueológico. Com a autorização da Marinha do Brasil, as buscas no sítio começaram e os trabalhos foram reconhecidos como o melhor da área no Brasil. Para administrar o projeto, foi criada a Organização Não Governamental Gama, responsável pelo Projeto de Arqueologia Subaquática – ONG Alfa (por questões de sigilo, este nome é fictício), com a participação de especialistas em diversas áreas, todos com o mesmo objetivo: preservar, pesquisar e resgatar objetos históricos de sítios submersos (ALFA, 2011).

Este projeto é de grande importância histórica e científica, tendo em vista que o desenvolvimento das investigações servirá de suporte para estudos de pesquisadores nacionais e internacionais sobre a história dos primeiros navegantes europeus que por

aqui passaram. Os resultados obtidos são considerados relevantes no que diz respeito à produção do conhecimento, tanto para o Estado como para o País. Além das etapas de pesquisa, exploração e resgate, também se prevê a realização de programas sociais e culturais na região, com implantação de um museu para acolher as peças resgatadas em sítios arqueológicos submersos, o qual será foco desse estudo. O Alfa com a presença de um museu, reafirmará a sua relevância para a localidade, incrementará a visitação sendo mais um atrativo para os turistas e visitantes.

O fascínio por barcos naufragados contagia muitas pessoas em todo o mundo. A idéia de riqueza costuma estar relacionada a imagens de carregamentos de ouro e prata, transportados por navios. Porém, para os pesquisadores subaquáticos, uma rocha sedimentar, o couro da sola de um sapato são tesouros mais valiosos que ouro, são testemunhas da vida dos homens daquela época e do desenvolvimento técnico dos próprios barcos. Sua exploração só é possível graças ao desenvolvimento tecnológico dos equipamentos de mergulho e rastreamento. Nesse sentido, deve-se salientar o antagonismo existente entre perceber esses objetos como parte do patrimônio cultural subaquático ou percebê-los como um meio de satisfação pessoal ou comercial, na visão de aventureiros (RAMBELLI, 2008).

Desde o descobrimento, a navegação é intensa na costa do Brasil. Assim, existem centenas de destroços de naufrágios de navios e de outros tipos de embarcações modernas, inclusive aviões. Destes, muitos já foram saqueados e outros ainda estão por serem descobertos. Embora compreensível, o interesse pela “caça ao tesouro”, o saque indiscriminado prejudica a pesquisa científica e desvaloriza o local para o desenvolvimento do turismo submarino.

Como objetivo mais amplo, a ONG Alfa se propõe a proteger o patrimônio subaquático da praia Bela e região, estando voltada à pesquisa. Contudo, a ONG fica restrita a determinados tipos de visitantes e turistas, pois não possui infra-estrutura adequada para atender as necessidades desse público, que tem interesse em conhecer o projeto. Além disso, não há uma estratégia de comunicação planejada para fomentar a divulgação de suas ações, em que um museu poderia ser um dos canais de maior aproximação com o público.

Dessa forma, este trabalho objetiva analisar a viabilidade de implantação de um museu para fins de divulgação das ações do Projeto de Arqueologia Subaquática – Alfa. Desta forma, pretende-se – por meio da análise de um caso de sucesso, o Museu de Arqueologia

Subaquática Sigma (denominação fictícia), já instalado e em funcionamento, localizado em outra praia a cerca de 100 km da ONG Alfa – auferir alternativas viáveis para implantação do museu da ONG Alfa.

2. METODOLOGIA

O objeto desse trabalho são duas unidades caso: o Projeto de Arqueologia Subaquática– Alfa e o Museu de Arqueologia Subaquática Sigma (denominações fictícias). Portanto, trata-se de um estudo de caso, que tem como característica grande profundidade e baixa amplitude. Ou seja, não se pode generalizar suas considerações e recomendações para outras organizações, já que não se trata de um estudo quantitativo, nem probabilístico com definição da amostra e cálculo de representatividade em relação ao universo. No entanto, a vantagem do estudo de caso reside no profundo conhecimento da unidade caso selecionada, sendo também uma pesquisa exploratória, já que pretende estabelecer relações sobre o tema proposto e conhecer mais o problema, abrindo caminho para estudos futuros mais abrangentes (GIL, 2010).

Na abordagem do problema utilizou-se a pesquisa qualitativa. Esse processo não obedece a um padrão paradigmático,

pois existem diversas possibilidades de execução da pesquisa. Onde ao estabelecer algumas etapas de trabalho, pode-se chegar à descoberta das questões prioritárias e à ação mais eficaz para transformar a realidade. Nessa modalidade de pesquisa o pesquisador participa, compreende e interpreta. (CHIZZOTTI, 1995).

É importante a participação do pesquisador, com a sua opinião para mudanças e decisões e dos diversos instrumentos para o registro das observações (CHIZZOTTI, 1995). Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 92), existem duas formas de observação participante: “natural, onde o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga” e como no caso deste estudo, tem-se a “artificial, onde o observador integra-se ao grupo com finalidade de obter informações”.

Os dados primários são os fatos brutos (MATTAR, 2007), ou seja, que o próprio pesquisador levantou em campo, no caso, na entrevista com especialista.

A investigação documental é uma fonte de dados secundária, que ocorre com documentos em arquivos públicos e privados, órgãos oficiais, publicações parlamentares públicos, documentos jurídicos e iconografia (ofícios, regulamentos, circulares, filmes, fotografias, etc.) O Pesquisador deve

conhecer meios e técnicas para testar tanto a validade quanto a fidedignidade das informações (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A pesquisa bibliográfica, também se constitui de dados secundários e é um estudo organizado desenvolvido com base em material publicado em livros, jornais, revistas; materiais acessíveis ao público em geral, podendo ser fonte primária (compilados na ocasião pelo autor) e secundária (transcritos de fontes primárias contemporâneas).

Para Mattar (2007), os dados secundários são aqueles já disponíveis, coletados por outros pesquisadores e que devem ser consultados, muitas vezes, poupando tempo e outros custos para a atual pesquisa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do referencial teórico é possível elucidar as principais definições relativas à arqueologia subaquática, museus e outros conceitos correlatos ao tema desse trabalho. Além disto, essa revisão de literatura contextualiza a arqueologia no mundo e no Brasil chegando ao conhecimento desse segmento pouco explorado: a arqueologia subaquática.

3.1 Arqueologia

Conforme Rambelli, Camargo e Callippo (2002):

A arqueologia, para a maior parte das pessoas é sinônimo de aventura: ou ela é vista como uma pesquisa imperialista onde procuram-se construções fenomenais de civilizações perdidas, ou como uma aventura por locais exóticos cheios de perigos, mulheres estonteantes ou nativos vigorosos. Na arqueologia real há um pouco de aventura com a ruptura temporária da vida cotidiana, imposta pelo trabalho de campo. Se não fosse por isso, a vida do arqueólogo não seria diferente da de qualquer outro profissional liberal ou professor universitário. A pesquisa de campo, que é o momento em que o arqueólogo encontra seu objeto de pesquisa *in situ* (no local), representa uma porção bastante reduzida do tempo de trabalho dele. A maior parte das atividades consiste na preparação das etapas de campo, na análise do material coletado, em levantamentos bibliográficos, iconográficos e na lida com a burocracia.

A ONG Alfa (2005) considera a arqueologia como uma ciência, na qual os objetos históricos e sócios antropológicos tem a finalidade de investigar o mundo

material apropriado ou produzido por humanos, sem limitações cronológicas. A arqueologia possui métodos próprios para estudar a cultura material e compreender os processos físicos e sociais que formaram o contexto arqueológico.

3.2 Arqueologia Subaquática

Para iniciar a explicação desse tema, buscam-se informações em uma fonte de referência de 1971, o autor Bass (1971) expõe que, durante a realização de uma conferência sobre a arqueologia subaquática, surgiram diversas sugestões para a escolha de uma melhor denominação para esse novo e progressivo ramo de investigação. Diante de tantos sugeridos, nenhum foi completamente satisfatório; já que, a arqueologia marítima ou arqueologia submarina, limitaria o trabalho ao que se executa nos mares; porém, muito se tem feito nos rios, lagos e poços. A hidroarqueologia teria de incluir o estudo das antigas nascentes de águas; em que o termo arqueologia não seria apropriado (TEGA, 2007). Esses autores defendem que a arqueologia deveria ser denominada simplesmente, arqueologia; independente do local a ser investigado.

Estudos submarinos, subaquáticos podem ser feitos a partir da investigação de um navio antigo, sua possível carga ou das muralhas derrubadas de um porto. O fato é que esses restos permanecem sob o leito

marinho e exigem ferramentas, técnicas especiais e equipamentos com alta tecnologia. A finalidade desses trabalhos é a mesma: a arqueologia.

Segundo os pesquisadores da ONG Alfa ([1], 2011) a Arqueologia Subaquática realiza pesquisa em qualquer ambiente aquático, tratando da coleta e descrição dos tipos de materiais submersos; é um ramo da Arqueologia). Trata-se de um conjunto de atividades científicas, realizados em laboratórios, bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos. Necessita de uma ligação com a Arqueologia Pública para divulgação, ensino e preservação do patrimônio arqueológico, buscando a interação com a sociedade por meio de métodos justificados cientificamente e dirigidos ao público. Assim, a Arqueologia Subaquática não deve buscar objetivos mercantis e de colecionadores (caça ao tesouro).

Conforme Araújo (2003), a pesquisa científica de um sítio arqueológico subaquático de importância para a história demanda uma estrutura organizacional, apoiada por Universidades, Institutos e especialistas, juntamente com os órgãos financiadores. Sendo indispensável constituir uma equipe de exploração arqueológica interdisciplinar (mergulhadores, navegadores, historiadores, biólogos, engenheiros e

outras especialidades). Além disto, necessita de tecnologia em equipamentos eletrônicos nos barcos de pesquisa e o apoio em terra de câmaras de descompressão, tanques de limpeza, laboratórios, dentre outros. É fundamental uma estrutura para gerenciar o projeto, coordenar os meios disponíveis e promover o entrosamento com os Institutos de Oceanografia, Geografia, História, dentre outros.

Sendo assim, a pesquisa para identificação primária do sítio, e se for o caso, a futura exploração do turismo submarino não exigem tanto aparato, desde que não se saqueie o local, que poderia prejudicar um sítio de grande valor histórico e científico. Um grupo treinado e amparado pelas exigências legais poderia fazer investigações sumárias com relativamente pouco custo para coleta de informações suficientes para a divulgação e visitas ao sítio arqueológico.

A pesquisa consistiria na determinação das coordenadas geográficas (atualmente, um procedimento simples com o Sistema de Posicionamento Global – GPS) das profundidades, correntes marinhas, fotografias de diversos ângulos e distâncias. Já que, é fundamental conhecer a distribuição e as dimensões dos destroços (ARAÚJO, 2003).

3.3 Turismo

De acordo com informações constantes no Relatório da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), como uma atividade sócio-econômica, o turismo é considerado jovem e diante de seu complexo caráter multidisciplinar há uma ausência de definições conceituais claras que delimitem a atividade turística e a distingam de outros setores. Já que, engloba uma grande variedade de setores da economia e de disciplinas acadêmicas, o que o enriquece, mas dificulta o consenso quanto suas definições e limites de abrangência.

O turismo se define como: "Os deslocamentos curtos e temporais das pessoas para destinos fora do lugar de residências e de trabalho e as atividades compreendidas durante a estada nesses destinos" (BURKART; MEDLIK, 1981 *apud* OMT, 2001).

A definição adotada pela OMT de 1994, formaliza os aspectos da atividade turística: "O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras" (OMT, 2001).

Segundo Beni (2000, p. 168):

O turismo é um elemento importante da vida social e econômica da comunidade regional. Reflete as aspirações legítimas das pessoas no sentido de desfrutar de novos lugares, assimilar culturas diferentes, beneficiar-se de atividades ou descansar longe do local habitual de residência.

Desta forma, viajar é uma forma de gerar conhecimento sobre outras culturas e povos. Assim, para muitos a atração cultural é a principal motivação da viagem, existindo uma relação intrínseca entre patrimônio e turismo cultural (TOREZANI, 2007). Sendo assim, a atividade turística é, conforme Rodrigues (*apud* FUNARI; PINSKY, 2002), um resultado da sociedade capitalista e se desenvolveu por motivações diversas, dentre elas, o consumo de bens culturais.

3.4 Patrimônio Cultural Subaquático

A Carta Internacional do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) sobre Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático de 1997, ratificada em 2001, é o parâmetro ético e legal que normaliza a prática da Arqueologia Subaquática (ONG ALFA [1], 2011). Completa a Carta do ICOMOS para a proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico de 1990, em que o patrimônio arqueológico foi definido como

parte do patrimônio material em que os métodos utilizados pela arqueologia são a primeira forma de adquirir a informação, abrangendo os objetos culturais móveis relacionados com os mesmos. Tocar ou remover qualquer elemento constituinte de um naufrágio depende de uma justificativa e de um projeto aprovado por órgãos responsáveis pela gestão e proteção do Patrimônio Cultural Subaquático. No Brasil, tais autorizações, dependem da Marinha do Brasil e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (ONG ALFA, 2005).

A UNESCO (2006) informa que desde 1998 reúne peritos governamentais para estabelecer uma Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático com o objetivo de estender aos oceanos a política de proteção ao patrimônio cultural, a qual produziu instrumentos normativos como a Convenção de proteção da propriedade cultural em caso de conflito armado (1954) e a Convenção contra o tráfico Ilícito de bens culturais (1970). O texto “Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático” da UNESCO (2001) reconhece a importância do patrimônio cultural subaquático como uma parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e um elemento importante na história dos povos, nações e suas relações mútuas no que concerne ao seu patrimônio

comum. Porém, se entende também a importância de proteger e preservar o patrimônio cultural subaquático e que essa responsabilidade recai sobre todos os Estados, notando o crescimento do interesse e da apreciação pública pelo patrimônio cultural subaquático.

A UNESCO (2006) salienta a importância da pesquisa, informação e educação para a preservação do patrimônio cultural subaquático, considerando o direito do público de desfrutar dos benefícios educativos de um acesso responsável ao patrimônio cultural subaquático. Está atenta ao fato de que este patrimônio é ameaçado por atividades não autorizadas. Enfim, a UNESCO (2001) é solicitada a promover uma efetiva atuação de abrangência internacional, regional e nacional para a preservação do patrimônio cultural subaquático. E nesse contexto, a importância da preservação do patrimônio cultural traz como alternativa a criação de um centro cultural ou museu.

3.5 Centro Cultural, Museu e suas tipologias

O IPHAN (2006) conceitua centro cultural e museu como sendo instituições permanentes, abertas ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga os bens representativos do homem e da natureza,

com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer.

No Brasil, em 2006, de acordo com o IPHAN (2006), existem cerca de 2.106 instituições museológicas. Este se dividem em: museus de caráter nacionais, regionais e comunitários, públicos e particulares, históricos, artísticos, antropológicos e etnográficos, científicos, tecnológicos, e com museus, museus de tudo e de todos. Em todo o território brasileiro, 41 museus fazem parte da estrutura administrativa do IPHAN e cerca de 250 mil bens em museus são protegidos pela Instituição. O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, em parceria com o Ministério da Cultura da Espanha, por meio da Organização dos Estados Ibero-Americanos, construiu o projeto do Cadastro Nacional dos Museus com o objetivo de mapear a diversidade museológica brasileira.

3.5.1 Ano Nacional dos Museus

O ano de 2006 foi instituído pelo IPHAN, como o Ano Nacional dos Museus e, no lançamento da programação de atividades do Ano foi apresentada a Marca escolhida no concurso promovido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN. Um júri composto por representantes da área de design, comunicação e museologia, premiou dentre as mais de 240 propostas recebidas, o projeto de Ricardo Guilherme dos Santos, estudante de design gráfico da Universidade Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

O Governo Federal iniciou a implantação do Sistema Nacional de Museus. Para melhor entendimento da abrangência dos tipos de museus, partiu-se para uma classificação própria adaptada do IPHAN (2011), conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Tipologias de museus

Abrangência	Tipos de museus		
	Constituição jurídica	Tipos	
Internacional		Histórico	
Nacional		Artístico	
Regional	Público/Particular	Antropológico	
Comunitária		Etnográfico	
		Científicos	
		Tecnológicos	
		Arqueológico	
			Subaquático

Fonte: adaptado do site do IPHAN. (2011)

3.5.2 Os museus brasileiros com temática subaquática

A história demonstra que o mar foi elemento de valor para o desenvolvimento sócio econômico de uma nação. Sendo o meio de transporte de riquezas durante os períodos de colonização e ainda hoje. Segundo levantamento documental, no Brasil, a arqueologia subaquática é muito restrita, existem apenas três museus com acervo de naufrágios. A seguir, serão apresentados brevemente, cada um deles.

a) Museu Náutico da Bahia (Bahia)

Instalado diante no sítio arqueológico do Galeão “Santíssimo Sacramento”, cujo naufrágio aconteceu no ano de 1668, na entrada da Bahia de todos os Santos, foi reconhecido pela Marinha do Brasil em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (2011). Realizou-se na década de 1970, a primeira pesquisa e resgate de arqueologia submarina no Brasil, a bordo do ex-navio de salvamento submarino: “Gastão Moutinho” (2011).

Uma parcela do material resgatado desse navio passou a constituir o acervo permanente do Museu Náutico da Bahia, que foi instalado em 1998, no Forte Santo Antônio da Barra, Salvador. Esse museu tem a finalidade de preservar e difundir o legado histórico e cultural do povo brasileiro conservando aspectos de grande relevância na formação e solidez da nação.

Desta forma, é permitido que visitantes tenham acesso a seu acervo. Desenvolveu-se o primeiro catálogo com informações do Museu Náutico da Bahia (2011), onde a história do Galeão “Santíssimo Sacramento” é contada por meio de seus objetos (utensílios domésticos, imagens sacras, moedas, selos comerciais, armas, dentre outros que por mais de 300 anos permaneceram no leito do mar, a 40 metros de profundidade.

b) Museu do Mar de Cabo Frio (Rio de Janeiro)

O fundador do museu foi o historiador, mergulhador e escritor Elísio Gomes Filho. Autor de livros sobre tragédias marítimas e artigos veiculados em publicações científicas. Responsável pela fundação do Museu Histórico Marítimo do Cabo Frio, em 1987 e do Museu Histórico Marítimo de Armação dos Búzios, em 2001, cujos acervos foram doados posteriormente ao Museu Oceanográfico de Arraial do Cabo (NAUFRAGIOS DO BRASIL, 2011).

Dentre suas pesquisas, encontra-se aquela que veio elucidar o caso do desaparecimento do barco-de-pesca “Changri-lá”. Ele descobriu que a pequena embarcação brasileira foi atacada pelo U-199 (submarino alemão afundado na costa brasileira) em julho de 1943. Os nomes dos dez pescadores do “Changri-lá” estão

imortalizados no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo (GOMES Filho, 2005).

c) Museu do Mar de Santos (São Paulo)

O Museu do Mar é de iniciativa privada, sem finalidade lucrativa, tendo como principal objetivo o aperfeiçoamento intelectual da comunidade pelo estudo sistemático das ciências do mar (MUSEU DO MAR DE SANTOS, 2007).

O acervo do Museu do Mar é conhecido no mundo inteiro por pesquisadores, Institutos Oceanográficos e demais Instituições com as quais mantém intercâmbio, sendo considerado pela comunidade científica especializada como um dos mais atuais da América Latina. Cerca de 90% do material exposto vem do exterior, proporcionando aos visitantes uma visão geral dos principais grupos marinhos do Brasil e de várias partes do mundo. A entidade possui biblioteca especializada com aproximadamente 2.000 volumes sobre os mais variados assuntos ligados ao mar, além de laboratório para pesquisas científicas (MUSEU DO MAR DE SANTOS, 2007).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme já mencionado na metodologia do trabalho, trata-se de um estudo de caso: Projeto de Arqueologia

Subaquática– Alfa e o Museu de Arqueologia Subaquática Sigma. Dessa forma, parte-se para a apresentação do Projeto de Arqueologia Subaquática– Alfa.

As atividades da ONG Alfa no sítio arqueológico da praia de Bela iniciaram no início da década de 2000. Primeiramente, foi realizada a montagem da base de pesquisa, estimando os limites da zona de trabalho para, posteriormente, fazer a demarcação da área de prospecção inicial com cabos e bóias flutuantes de sinalização. Em seguida, foi feita a batimetria, a cobertura topográfica do local para a instalação dos quadrículos e início da escavação. Após a triagem do material sugado, foram catalogados os objetos de pequeno porte encontrados, que imediatamente receberam o tratamento de conservação (ALFA, 2005).

Foram desenvolvidas atividades relacionadas à fotogrametria a curta distância (terrestres e aquáticas), em que o principal enfoque era a fusão entre história da arte *versus* tecnologia. Assim, possibilitando um maior respaldo ao que se considera imprescindível à história de uma nação, ou seja, a preservação de seu patrimônio histórico, que é a história viva de seu povo. A principal contribuição científica está na importância em resgatar parte da nossa história e dos demais países ligados ao naufrágio, e através da

tecnologia fotogramétrica arquitetural digital, auxiliar a decifrar mais detalhadamente as obras (ALFA, 2005).

Todos os principais objetos, já coletados pelos mergulhadores do Alfa estão expostos e foram numerados, etiquetados e removidos para o centro de visitação do projeto.

Ao observar as atividades realizadas pela Ong ALFA, percebeu-se que a comunidade foi beneficiada com a atuação desta ONG, ganhando mais um atrativo para o desenvolvimento da atividade turística cultural. Os turistas que a visitam, além de usufruir o mar e aproveitar os equipamentos de apoio, têm a oportunidade de conhecer o projeto, trocar informações sobre os aspectos do cotidiano da pesquisa, observar as atividades realizadas, saber a história do naufrágio e da cultura local. Uma vez que as instalações do projeto situam-se praticamente à beira mar, clara visualização e de fácil acesso. Com as atividades culturais e esportivas, visando fazer uma ligação entre homem e o mar, foi elaborado um vídeo sobre a pesca artesanal e a vida cotidiana dos pescadores. O maior resultado foi a interação com as comunidades de pescadores artesanais.

Foi organizado pela ONG Alfa – em conjunto com a colônia de pesca local – um evento turístico-cultural, com o

objetivo de contribuir para a preservação das tradições pesqueiras das comunidades, como a Corrida de Canoas Tradicionais. Algumas das canoas utilizadas pelas equipes de remadores são seculares, construídas com técnicas praticamente esquecidas; isto reforça ainda mais a necessidade de organizar e apoiar tais eventos.

Diante dessa falta de conhecimento quanto às atividades e pesquisas já realizadas pelo ALFA, a ONG percebeu a necessidade de implantar provisoriamente um centro de visitação para expor as ações do projeto, despertando a curiosidade e assim, conscientizando os pescadores sobre o valor da preservação. A comunidade passa a compreender a importância de proteger o patrimônio histórico-cultural e a acreditar no fato histórico diante do material resgatado.

No entanto, o problema da falta de recursos e o término do contrato de parceria com o principal financiador do projeto, o Governo através de uma fundação de amparo a pesquisa, a ONG encerrou suas principais atividades. Além, da escassez de pessoal qualificado para atendimento, manutenção do acervo e equipamentos, exposição, material e formas de divulgação mais eficazes foram fatores resultantes desse problema. Com isso, a própria equipe de idealizadores e

mergulhadores acabavam sendo deslocados para atividades de recepção e guia dos visitantes, manutenção, etc. deixando de lado as reais funções designadas a eles mesmos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado sobre os conceitos de patrimônio histórico-cultural, turismo cultural, museus relacionados ao problema de pesquisa que é a arqueologia subaquática, além da entrevista com especialistas, conclui-se que é viável a implantação de um museu para comunicação das ações do Projeto de Arqueologia Subaquática da ONG Alfa desde que, sejam observados alguns requisitos:

A estrutura atual não comporta o funcionamento de um museu. Não há uma estrutura adequada, tanto de recepção aos turistas, que seria uma atividade de caráter mais administrativo, quanto de suporte técnico, no que concerne a falta de especialistas em museologia para catalogação e manutenção do acervo. Tudo isso, agravado pela ausência de recursos financeiros, já que os projetos junto aos órgãos competentes tiveram seu término em 2005. Dessa forma, a busca de novas fontes de recursos deve ser ativada, bem como de pessoal especializado.

Deve-se primar pela concentração na competência nuclear: as técnicas de mergulho. A equipe de mergulhadores do projeto deve por em prática seus reais conhecimentos dessa área tão especializada, suas técnicas de mergulho, juntamente com a tecnologia para a realização e cumprimento do objetivo geral do projeto que é a preservação, pesquisa e resgate histórico associado ao Sítio Arqueológico Submerso da Praia de Bela. Ou seja, esses profissionais não são apenas mergulhadores, mas também possuem treinamento para reconhecer e classificar o patrimônio subaquático. Então, não devem ser deslocados para atividades meramente administrativas.

Como recomendação para trabalhos futuros, deve-se estudar a viabilidade de criação do museu em parceria com um empreendimento já consolidado, que possa dar suporte para todos os requisitos impostos pelos órgãos responsáveis, como: a manutenção e segurança do acervo, o suporte relacionado a questões de administração: recepção dos visitantes – inclusive com o serviço de guias e material explicativo para divulgação do museu.

REFERÊNCIAS

- ALFA. *Projeto Praia Bela 1*. Documento interno, 2004.
 _____ [1]. *Arqueologia Subaquática*. Documento interno, 2011.

- _____. *Relatório Anual Março 2004- Fevereiro 2005*. Volume I e II, 2005.
- ARAÚJO, J. G de.** *Naufrágios e Afundamentos na Costa Brasileira*. Edição Eletrônica – Empresa Gráfica da Bahia, 2003.
- BASS, G. F.** *Arqueologia Subaquática*. Coleção Editorial Verbo, 1971. v. 13.
- BENI, C. M.** Política e estratégia regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.) *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, p. 165-171, 2000.
- CBA.** *CBA ON-LINE N.001*. Disponível em <http://cbainformativo.blogspot.com/2009_12_01_archive.html>. Acesso em mar. 2011.
- CHIZZOTTI, A.** *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FUNARI, P. P.; PINSKY, J.** *Turismo e patrimônio cultural*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- GIL, A. C.** *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES Filho, E.** *O CÉLEBRE SEQUESTRO DO PAQUETE SANTA MARIA*. Disponível em <http://cabodofimdomundo.blogspot.com/2005_10_01_archive.html>. Acesso em mar. 2011.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN.** Disponível em <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em set. 2006.
- _____. *Bens culturais registrados*. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/indexE.jsf>>. Acesso em fev. 2011.
- MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E M.** *Fundamentos de metodologia científica*. 7a ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATTAR, F. N.** *Pesquisa de marketing*. 4a Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MUSEU DO MAR DE SANTOS. O MUSEU.** 2007. Disponível em <<http://www.museudomar.com.br/o-museu>>. Acesso em mar. 2011.
- MUSEU NÁUTICO DA BAHIA.** *Acervo*. Disponível em <<http://www.museunauticodabahia.org.br>>. Acesso em mar. 2011.
- NAUFRÁGIOS DO BRASIL.** *Museu Histórico Marítimo de Armação dos Búzios*. Disponível em <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/museu.htm>>. Acesso em mar. 2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT.** *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- RAMBELLI, G.; CAMARGO, F. B. de; CALLIPPO, F. R.** *Arqueologia e turismo: duas ferramentas para a Construção, gestão e manutenção do patrimônio cultural*. Centro de estudos de arqueologia náutica e subaquática. São Paulo, 2002. Disponível em <<http://www.arqueologiasubaquatica.org.br>>. Acesso em set. 2006.
- RAMBELLI, G.** Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil. *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (2): 2008.
- TEGA, G.** *Brasil já passou por tudo e todavia há ainda muito que passar*. 16 de fevereiro de 2007. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=entrevistas&id=6>>. Acesso em mar. de 2011.
- TOREZANI, J. N.** *Um olhar na cidade de Ilhéus: cultura, patrimônio e turismo*. Revista Urutagua. No. 7, p. 1–15, 2007.
- UNESCO.** Disponível em: <portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=10258&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em set. de 2006.
- UNESCO.** *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático*. 02 de Nov. de 2001. Disponível em: <www.arqueologiasubaquatica.org.br/downloads/down/Convencao.doc>. Acesso em mar. de 2011.